

“Saúde, uma questão de Segurança Nacional”

3 FEV 1980

BAURU — “O problema de saúde é um problema de ordem de Segurança Nacional. Desta maneira, como e que nós vamos transferi-lo para ser explorado por organizações multinacionais. Se é uma questão basicamente de Segurança Nacional, então compete às organizações brasileiras, aos médicos brasileiros, delimitarem sobre o assunto”. A afirmação é do presidente da Associação Paulista de Medicina, Aloisio Camargo, durante reunião promovida pela AFM em Bauru, visando à defesa profissional da categoria médica.

Ao encontro, do qual participaram diretores do Departamento de Defesa Profissional de todas as APM do Estado, participou como convidado especial, o médico Agostinho Patrus, presidente da Associação Médica de Minas Gerais, que denunciou aos seus colegas de São Paulo a atuação de empresa multinacional na medicina brasileira, como forma de exploração lucrativa.

Patrus chamou a atenção para o fato de a Açominas, empresa cujo acionista majoritário, com cerca de 80 por cento das ações, é o próprio Governo ter firmado um convênio com a AMI — American Medical International — uma empresa multinacional, cuja atuação no Brasil poderia ser lesiva aos interesses nacionais. “Se esse convênio é feito por uma empresa do Governo, então, é o próprio Governo declarando que não tem confiança no seu próprio sistema de saúde. É um absurdo contratar uma empresa dessa, sendo que já deve, por Lei, dar assistência de saúde através da Previdência Social”.

Para Patrus, o aparecimento dessas empresas multinacionais no país para explorar o sistema de saúde “é uma decorrência da insuficiência e da deficiência do serviço médico prestado pela Previdência Social, serviço esse que

já surgiu erradamente, como um “órgão acoplado aos IAPs — Instituto de Aposentadoria e Pensões”.

Esclareceu o médico mineiro que, graças à denúncia feita pelos médicos de seu Estado, o convênio entre a Açominas e a AMI foi desfeito, e agora a assistência médica aos trabalhadores da empresa é prestada por uma fundação brasileira.

O médico Assaf Habda, vice-presidente da Associação Paulista de Medicina, criticou a estrutura atual da medicina no Brasil. Chamou a atenção para o fato de que “é muito importante conceder aos pacientes o direito de escolher o seu médico de confiança. Por outro lado, a estrutura atual também bloqueou, cerceou e monopolizou o mercado de trabalho. De 1976 para cá, sem dar acesso aos médicos jovens, marginaliza quase a metade da classe médica a empregos de anti-éticos e a outros procedimentos pouco convenientes”.

Assaf também denunciou a atuação das empresas multinacionais no Brasil, que “vem fazendo da doença motivo de lucro, quando a doença não deve ser lucro para ninguém, a não ser para o médico, que atende o paciente e o próprio paciente que se beneficia com o atendimento médico”.

O presidente da APM disse que um grande motivo dos debates foi a reivindicação dos médicos de que seja desvinculada a conta hospitalar da conta médica. “Isto porque — os hospitais, com grandes problemas financeiros, sem capital de giro, vem se utilizando do dinheiro enviado para os médicos para poder sobreviver. Por esse motivo, os médicos desejam que haja total desvinculação da conta hospitalar com a conta médica e que essa verba seja enviada em separado”.